

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 070

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 28 DE MAIO DE 2002

ANO XXVIII

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PSDB

ELIO RUSCH

1º Vice-Presidente - PFL

IRINEU COLOMBO

2º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

3º Vice-Presidente - PDT

VALDIR ROSSONI

1º Secretário - PTB

ANTONIO ANIBELLI

2º Secretário - PMDB

CESAR SELEME

3º Secretário - PPB

EDNO GUIMARÃES

4º Secretário - PSDB

NELSON GARCIA

5º Secretário - PFL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

<i>Líder do Governo</i>	<i>Durval Amaral</i>
<i>Líder da Oposição</i>	<i>Waldyr Pugliesi</i>
<i>PTB</i>	<i>Carlos Simões</i>
<i>PFL</i>	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PSDB</i>	<i>Sérgio Spada</i>
<i>PMDB</i>	<i>Nereu Moura</i>
<i>PPB</i>	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i>	<i>Luciana Rafagnin</i>
<i>PDT</i>	<i>Luiz Carlos Zuk</i>
<i>PSL</i>	<i>Luiz Carlos Martins</i>
<i>PL</i>	<i>Pastor Edson Praczyk</i>
<i>PPS</i>	<i>Marcos Isfer</i>

Representação Partidária

PMDB - 08: Ademir Bier - Antonio Anibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Ricardo Chab - Waldyr Pugliesi; PSDB - 08: Algaci Tulio - Ademar Traiano - Edno Guimarães - Hermas Brandão - Luiz Fernandes da Silva Litro - Nelson Tureck - Ricardo Maia - Sérgio Spada; PFL - 08: Basílio Zanusso - Cleiton Kielse - Divanir Braz Palma - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Garcia - Plauto Miró Guimarães - Nelson Justus; PTB - 05: Carlos Simões - Hidekazu Takayama - Luiz Accorsi - Luiz Carlos Alborghetti - Valdir Rossoni; PDT - 06: Augustinho Zucchi - Eli Ghellere - José Maria Ferreira - Luiz Carlos Zuk - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; PPB - 06: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia - Miltinho Pupio - Moysés Leônidas; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Luciana Rafagnin; PL - 03: Chico Noroeste - Pastor Edson Praczyk - Serafina Carrilho; PSL - 03: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins - Antonio Carlos Belinati; PPS - 02: Cezar Silvestri - Marcos Isfer; PSC - 01: Fernando Guimarães.

**4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
ATA DA 014ª SESSÃO
EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM
28 DE MAIO DE 2002**

(terça-feira)

Presidência do senhor deputado Elio Rusch, secretariada pelos senhores deputados Valdir Rossoni e Ricardo Maia.

Às dezoito horas e trinta e cinquenta minutos é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Mesa Executiva: Hermas Brandão, Elio Rusch, Irineu Colombo, Augustinho Zucchi, Valdir Rossoni, Antonio Anibelli, Cesar Seleme, Edno Guimarães, Nelson Garcia; PPS: Cezar Silvestri, Marcos Isfer; PL: Chico Noroeste, Pastor Edson Praczyk, Serafina Carrilho; PPB: Duílio Genari, Fernando Ribas Carli, Miltinho Pupio, Moysés Leônidas, Tony Garcia; PDT: Eli Ghellere, José Maria Ferreira, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Renato Gaúcho; PT: Ângelo Vanhoni, Hermes Fonseca, Luciana Rafagnin; PSDB: Ademar Traiano, Algaci Tulio, Luiz Fernandes da Silva Litro, Nelson Tureck, Ricardo Maia, Sérgio Spada; PFL: Basílio Zanusso, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Durval Amaral, Plauto Miró Guimarães; PTB: Carlos Simões, Nelson Justus; Hidekazu Takayama, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti; PMDB: Ademir Bier, Caíto Quintana, Edson Strapasson, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Ricardo Chab, Waldyr Pugliesi; PSL: Antonio Carlos Belinati, Geraldo Cartário, Luiz Carlos Martins; PSC: Fernando Guimarães (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 1480

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, destaque e preferência para votação da Proposição nº 059/2002, item 02 da Ordem do Dia da presente Sessão.

Sala das Sessões, em 28.05.2002.

(a) RICARDO MAIA

Apoioamento:

Algaci Tulio.

REQUERIMENTO Nº 1481

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário a preferência para discussão e votação da Proposição nº 065/2001, item 03 da Ordem do Dia.

Sala das Sessões, em 28.05.2002.

(a) IRINEU COLOMBO

REQUERIMENTO Nº 1482-A

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, preferência para discussão e votação dos itens 04, Projeto de Lei nº 284//2002; 05, Projeto de Lei nº 193/2002; 06, Projeto de Lei nº 260/2002; 07, Projeto de Lei nº 340/2002; 02, Proposição 059/2002; item 03, Proposição nº 065/2002; item 01, Proposição nº 045/2001, excluídos os itens 2 e 3.

Sala das Sessões, em 28.05.2002.

(a) DURVAL AMARAL

REQUERIMENTO Nº 1482

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, parágrafo 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2ª discussão, constante da Ordem do Dia da presente Sessão, que não tenha sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 28.05.2002.

(a) NELSON GARCIA

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 senhores deputados.

Sobre a mesa, Requerimento nº 1480, de autoria do deputado Ricardo Maia, com apoioamento do deputado Algaci Tulio, constante do expediente, solicitando destaque e preferência para a votação da Proposição nº 059/02, item 02 da Ordem do Dia da presente Sessão. **Aprovado.**

O SR. IRINEU COLOMBO

Senhor presidente, pela ordem.

(Assentimento)

Estou encaminhando à Mesa também um requerimento, pedindo preferência de votação ao Item 03. Não sei como se dirime essa dúvida. Porque os servidores do Ministério Público estão, aqui, aguardando há bastante tempo e poderíamos dar preferência à votação do projeto, que interessa aos servidores do Ministério Público, porque eles querem ver a sua gratificação incorporada.

(Aplausos)

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Deputado Irineu Colombo, o requerimento que chegou primeiro nós já votamos e vamos votar, agora, o seu requerimento.

O SR. EDSON STRAPASSON

Senhor presidente, pela ordem.

(Assentimento)

O primeiro requerimento que foi aprovado, eu gostaria de saber qual é o seu requerente.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

É o deputado Ricardo Maia.

Requerimento nº 1481, de autoria do deputado Irineu Colombo, constante do expediente, solicitando preferência para discussão e votação da Proposição nº 065/2001, item 03 da Ordem do Dia da presente Sessão. **Aprovado.**

Atendendo a preferência de votação, vamos votar o Item 02, Discussão Única da Proposição nº 059/2002, Veto Aposto ao Projeto de Lei nº 132/2000.

ITEM 02

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 059/2002, Veto Aposto ao Projeto de Lei nº 132/2000, de autoria do Poder Judiciário, que dispõe sobre as Tabelas I, II, III, VII e X do Regimento de Custas dos Atos Judiciais e adota outras providências. Sem relatório da CCJ.

OFÍCIO/CTL/SEEG nº 152/2002

Curitiba, 18 de abril de 2002.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 051/DAP/SA, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e de conformidade com o disposto no parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, votei o Projeto de Lei nº 132/2000, por julgá-lo contrário ao interesse público, em razão dos motivos adiante expostos.

Dispõe o autógrafo sobre custas processuais nos Juizados Especiais Cíveis e adoção de outras providências.

O projeto de lei em referência não mereceu acolhimento por ter sido considerado contrário aos superiores interesses públicos, ponto de vista esse que o próprio Poder Judiciário manifesta, face constatação, pelo seu Órgão Especial, de que a medida aprovada em substitutivo geral por essa augusta Casa de Leis, eleva substancialmente os valores das custas judiciais, superando em altíssimos percentuais, aqueles que haviam sido propostos através do Ofício nº 130/00/GP, da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado.

Esclareço que, dada a impossibilidade de vetos parciais, ao projeto de lei em causa, porque restaria lei com texto mutilado e sem condições de tranqüila exequi-dade, resolvi vetá-lo integralmente.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa Colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 132/2000, encontra-se publicado no DA nº 025/2002, de 20/03/2002, em Redação Final)

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Como a votação é secreta, nós queremos lembrar ao deputados que o 1º secretário vai proceder a chamada dos senhores deputados. Os que concordam com o veto, vão votar com a cédula “sim”, e os que derrubam o veto, vão votar com a cédula “não”.

O SR. ANTONIO ANIBELLI (Pela Ordem)

O requerimento do deputado Colombo não daria para incorporar numa votação?

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Não, já foram votados os dois requerimentos, deputado, separadamente.

O SR. ANTONIO ANIBELLI

Por medida de economia e pelo adiantado da hora, nós poderemos...

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

É questão de 5 minutos.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Para esclarecimento do Plenário, nós estaremos votando o projeto?

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Item nº 02, Proposição nº 059.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

O item 02, a Mesa informa ao Plenário, através dos avulsos, que está sem relatório da CCJ. Na nossa votação ao Projeto de Lei nº 132/2000, dispõe sobre as tabelas 1, 2, 3, 7 e 10 no regimento de custas e ela vem sem relatório da CCJ.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Queremos esclarecer ao deputado José Maria que essa proposição chegou no dia 18 de abril aqui na Assembleia Legislativa e com base no Artigo 215 do Regimento Interno diz que tem 10 dias de prazo para dar seu parecer, cabe então à Mesa a inclusão do veto ou não na Ordem do Dia, é uma faculdade que a própria Executiva tem, e o projeto consta na Ordem do Dia.

Convido o 1º secretário para que faça a chamada dos deputados.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Valdir Rossoni**)
(**Procede à chamada nominal**)

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Designo os deputados, Fernando Ribas Carli, Nereu Moura e Tony Garcia para a contagem dos votos.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Votaram 53 senhores deputados.

04 votos nulos; 16 sim; 33 não.

Está rejeitado o veto. Mantido o projeto.

Conforme requerimento aprovado, vamos votar o item nº 03.

ITEM 03

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 065/2001, veto aposto ao Projeto de Lei nº 041/2002, de autoria da Procuradoria Geral de Justiça, que incorpora a gratificação pela prestação de serviço em regime de tempo integral e dedicação exclusiva ao vencimento básico do Quadro de Servidores Efetivos do Ministério Público. COM RELATÓRIO DA CCJ. CONSIDERANDO O VETO MEDIANTE CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OFÍCIO CTL/SEEG Nº 154/2002

Curitiba, 24 de abril de 2002.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 076/2002, dessa presidência e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso , e de conformidade com o parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 041/2002, por julgá-lo inconstitucional, em razão dos motivos adiante expostos.

Dispõe o autógrafo que o “montante atualmente percebido pelos servidores efetivos do Quadro do Ministério Público a título de gratificação pela prestação de serviço em regime de tempo integral e dedicação exclusiva, fica incorporado ao respectivo vencimento básico”.

Objetiva também, alterar as Tabelas I, II e III do Anexo III da Lei nº 11.455, de 10 de julho de 1996, em apenso com as referidas tabelas estampando os novos vencimentos.

A inconstitucionalidade a que está eivado o projeto de lei em referência e que me levou a vetá-lo integralmente, decorre do fato de a medida ferir os mandamentos contidos no artigo 37, inciso XII, da Magna Carta da Nação e no artigo 27, inciso XII, da Constituição Estadual, os quais estabelecem, como referências de valores de vencimentos de servidores, aqueles pagos pelo Poder Executivo, ou sejam, os fixados por lei de iniciativa do Governador do Estado (artigo 66, inciso I, da CE).

O ora vetado projeto de lei atribui elevados valores para remuneração básica dos servidores do quadro funcional da PGJ, contrariando, a meu ver, as normas constitucionais.

Por outro lado, a incorporação de gratificação, pela forma como está posta, se acolhida, ensejaria expressiva majoração até mesmo a quem não a tenha percebido, quer ativos ou inativos, vez que as tabelas de remuneração alteradas expressam valores básicos a todos os integrantes do quadro atingido.

Ademais, vale ressaltar que a forma adotada para conceder reajuste de vencimentos para os funcionários em epígrafe, inclusive para os aposentados do mesmo quadro atinge, na leitura direta das tabelas, percentual de 100% o que, na atual conjuntura do erário e da existência de legislação federal restritiva a gastos públicos (Lei Complementar Federal nº 101/2000), considera-se incabível e, ainda, levando-se em conta que a medida configura precedente perante o funcionalismo estadual de todas as demais carreiras e áreas de atuação.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 041/2002 encontra-se publicado no DA. nº 003/2002, de 20.02.2002).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO-VETO Nº 065/2002

P A R E C E R :

A presente proposição-veto, oriunda do Poder Executivo, visa vetar o Projeto de Lei nº 041/2002, de autoria da Procuradoria Geral de Justiça, que incorpora a gratificação pela prestação de serviço em regime de tempo integral e dedicação exclusiva ao vencimento básico do Quadro de Servidores Efetivos do Ministério Público.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar, e por ter sido apostado dentro do prazo legal e regimental, somos de parecer favorável ao encaminhamento ao Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 21.05.2002
(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

O SR. IRINEU COLOMBO (Para Encaminhar)

Senhor presidente, a Bancada do PT vai votar NÃO ao veto nesse projeto. Para incorporar o Tide aos servidores do Ministério Público, recomendo aos demais parlamentares, bem como os deputados de sustentação ao Governo que se possível, acompanhar o veto não - tarja preta - como está falando muito bem o deputado Alborghetti.

O SR. MARCOS ISFER (Para Encaminhar)

Senhor presidente, em nome do Partido Popular Socialista- PPS, quero encaminhar pelo voto não, para que seja derrubado o veto e principalmente, pelo respeito ao Ministério Público em vir a esta Casa para incorporação do seu Tide. Eu e o deputado Cezar Silvestri, estaremos votando pela derrubada do veto.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (Para Encaminhar)

Senhor presidente, em nome da Bancada do PDT, encaminho pelo não, derrubando o veto do senhor governador - Votam nessa posição os deputados Zuk, Eli Ghellere, Augustinho Zucchi, Renato Gaúcho, Neivo Beraldin e o deputado José Maria.

O SR. ALGACI TÚLIO (Para Encaminhar)

Senhor presidente, em meu nome, sendo parlamentar da Bancada do PSDB, reconhecendo o extraordinário serviço que presta o Ministério Público do Estado do Paraná, eu voto não, ao veto do Governador.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (Pela Ordem)

Senhor presidente, eu peço para registrar o meu voto contra o veto do governador.

O SR. CARLOS SIMÕES (Para Encaminhar)

Como líder do PTB e conversando com os companheiros deputados Luiz Carlos Alborghetti, Takayama, Accorsi, Valdir Rossoni, nós encaminhamos o voto não, ao veto do Governador, e sim aos servidores públicos.

O SR. WALDYR PUGLIESI (Para Encaminhar)

Senhor presidente, eu estou extremamente satisfeito porque, pelas manifestações, até agora, nós vamos derrubar o veto do governador e fazer justiça a todos os servidores do Ministério Público.

Senhor presidente, fui constituinte e lembro bem que nós votamos para que o Ministério Público fosse instituição fundamental, essencial à existência do regime democrático e para que ele possa defender como tem defendido a sociedade, quero registrar também em nome do PMDB, os votos dos deputados Antonio Martins Anibelli, Edson Strapasson, Ademir Bier, nosso líder Nereu Moura, Caíto Quintana, Ricardo Chab, Orlando Pessuti, e

eu, Waldyr Pugliesi que votamos pela derrubada pelo voto apostado pelo governador.

O SR. NEREU MOURA (Para Encaminhar)

Faço minhas as palavras do eminente deputado Waldyr Pugliesi, que já falou em nome da nossa bancada, mas dizer a todas as pessoas aqui presentes, que nós, do PMDB, sempre devotamos grande consideração ao Ministério Público, ao trabalho que o Ministério Público tem feito nos últimos tempos, ajudando a engrandecer a nossa sociedade, permitindo que o povo tenha uma vida verdadeiramente cidadã.

Então, a homenagem ao Ministério Público e os votos do PMDB serão pela valorização do Ministério Público.

A SRA. SERAFINA CARRILHO (Para Encaminhar)

Senhor presidente, também, nós do PL, deputado Edson Praczyk, deputada Serafina Carrilho, votamos não ao veto do governador.

O SR. DIVANIR BRAZ PALMA (Para Encaminhar)

Senhor Presidente, por se tratar de matéria financeira que não afeta os cofres do governo, por ter orçamento próprio e por reconhecer neste aumento uma justiça que se faz aos trabalhadores do Ministério Público, eu, deputado Divanir Braz Palma, voto contra o veto do governo.

O SR. TONY GARCIA (Para Encaminhar)

Do mesmo jeito que os nossos companheiros, o PPB na sua unanimidade, deputado Duílio Genari, Ribas Carli, Cesar Seleme, Miltinho Pupio, Moysés Leônidas e Tony Garcia, também votamos não ao veto do Governador.

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS (Para Encaminhar)

Senhor presidente, a bancada do PSL, constituída pelo deputado Geraldo Cartário, Antonio Carlos Belinati e Luiz Carlos Martins, vota contra o veto.

O SR. RICARDO CHAB (Pela Ordem)

Senhor presidente, estou sentindo, aqui, uma manifestação de todos os Partidos, de todas as Lideranças, de todos os deputados. Eu pediria à Mesa, que a Presidência desta Sessão, abrisse mão da votação e o voto fosse simbólico de todos nós, até para demonstrar a boa vontade para o servidor que está aqui esperando há horas.

Essa é a minha solicitação, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Deputado Ricardo Chab, por mais que a Mesa queira, V. Exa. sabe que temos Regimento Interno e a Constituição. Se votarmos abertos, qualquer cidadão poderá entrar na Justiça e derrubar a votação. Não, infelizmente, não é concebível.

Deputado Nelson Tureck, para encaminhar.

O SR. NELSON TURECK

Senhor presidente, em meu nome, deputado Nelson Tureck; dos deputados Edno Guimarães; Litro e Ricardo Maia, do PSDB, estaremos votando também a favor dos funcionários do Ministério Público, porque entendemos que consta dinheiro no orçamento.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Deputado Fernando Guimarães.

O SR. FERNANDO GUIMARÃES

Deputado Fernando Guimarães vota contra o veto do governador.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Deputado Cleiton Kielse.

O SR. CLEITON KIELSE

Pela incorporação, pela qualidade do Ministério Público que temos aqui, voto não ao veto do governador.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Para encaminhar, deputado Luiz Carlos Zuk.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Senhor presidente, senhores deputados.

Para que ficasse marcado, num sentido memorável e até num sentido inusitado, pediria aos deputados que não concordam com a votação “não ao veto”, que não votassem, que se abstivessem de votar, para darmos unanimidade na votação pelo Ministério Público e pelos servidores.

Esse é o pedido que faço aos deputados.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Deputado Plauto Miró Guimarães.

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

A Bancada do PFL está liberada para votar como bem entender, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Convido o senhor 1º secretário para que faça a chamada dos senhores deputados, para que possamos votar.

Lembrando aos deputados que quem concorda com o veto, vota “sim”; quem derruba o veto, usa a cédula “não”.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Valdir Rossoni**)

(**Procede à chamada nominal**)

Cinquenta e três senhores deputados votaram.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Eu designo os deputados Luiz Carlos Alborghetti, Ademar Traiano e Algaci Tulio, para fazerem o escrutínio dos votos.

O SR. MOYSÉS LEÔNIDAS (**Questão de Ordem**)

Senhor presidente, antes que a votação seja procedida, eu queria dizer aqui aos senhores promotores, principalmente o doutor Giacóia que já foi chefe e essa platéia alegre que nos prestigiou hoje, que a Bancada do Governo está há tanto tempo sem ouvir aplauso aqui que quando tem a possibilidade, muda um pouco a coisa. Dizer que nós passamos a tarde inteira aqui sendo vaiados e agora possivelmente os aplausos deixam renascer em nós a vontade de continuar fazendo alguma coisa, principalmente com a justiça. Muito obrigado.

Aliás, faço isto, senhor presidente, até porque sou advogado, a vida inteira militei e conheço e já fiz aqui de público o meu posicionamento, da forma com que o funcionalismo, principalmente o Ministério Público, que presta um serviço que todos nós sabemos na Nação brasileira é a oportunidade de poder, sobretudo, fazer justiça da que existe de mais nobre que é a justiça social, a distribuição.

Obrigado.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK (**Pela Ordem**)

Eu queria também nominar o Dr. Olímpio Sotto Maior, que também com o Dr. Giacóia foi realmente um dos homens que revolucionou o Ministério Público e também cumprimentar o deputado Moysés Leônidas que publicamente reconheceu que é a primeira vez que é aplaudido.

Deputado Moysés, continue ao lado do povo que sempre V. Exa. será aplaudido e reconduzido a esta Casa, ilustre deputado.

O SR. MOYSÉS LEÔNIDAS

Quero dizer a V. Exa. que nas quatro eleições que já ganhei eu consegui aplausos principalmente na minha casa onde lá tenho a maioria, viu, deputado, V. Exa, sabe disto.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Só queremos lembrar aos deputados que o Dr. Olímpio, que foi nosso procurador, como o Dr. Giacóia, Dr. Olímpio é irmão do nosso diretor legislativo aqui da Assembléia Legislativa que, sem sombra de dúvida, para nós é motivo de grande satisfação também.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Valdir Rossoni**)

Senhor presidente, cinquenta e três senhores deputados votaram - um voto nulo, cinco sim, quarenta e sete não.

Está rejeitado o veto e mantido o projeto.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Requerimento nº 1482-A, de autoria do deputado Durval Amaral, constante do expediente, solicitando preferência para discussão e votação dos itens 04, 05, 06 e 07, constantes na Ordem do Dia da presente Sessão. **Aprovado.**

O SR. ORLANDO PESSUTI (**Pela Ordem**)
Verificação de votação, senhor presidente.

(**Tumulto nas galerias**)

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)
Eu solicito às galerias que nós estamos em Sessão ainda. Eu acho que a Assembléia cumpriu o seu papel, deu o resultado esperado pela classe.
Então, nós gostaríamos de continuar com a Sessão.

O SR. ALGACI TULIO (**Pela Ordem**)
Senhor presidente, é até compreensível a manifestação de alegria das galerias, porque nos prestigiaram toda a tarde, hoje, aqui. São figuras excepcionais do nosso Ministério Público, que encarnam e se identificam com este, nas pessoas do Dr. Giacóia e do Dr. Olympio. São pessoas que encarnam o espírito guerreiro do nosso Ministério Público.

O SR. ORLANDO PESSUTI
Verificação de votação, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)
Será feita a verificação de votação.

O SR. DURVAL AMARAL
Senhor presidente, pela ordem.
(**Assentimento**)
Como será procedida a verificação de votação, quero pedir aos nobres deputados, para que tomem os seus lugares, senão, é impossível a conferência dos votos.

O SR. ORLANDO PESSUTI
Senhor presidente solicitei verificação de votação, para que desse tempo para nos organizarmos, aqui, no plenário, para fazer uma Questão de Ordem a V. Exa., se é possível existindo veto na Ordem do Dia, deixaremos o veto para depois e colocarmos em preferência projetos singulares.
É uma questão de ordem que faço a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)
Confesso a V. Exa. que estou fazendo, aqui, a consulta. O artigo 102 permite que possa ser alterado, nobre deputado Orlando Pessuti.

O SR. ALGACI TULIO
Senhor presidente quero fazer uma correção e registrar a presença também do Dr. Hélio Levin, outro integrante do Ministério Público que nos prestigiou nesta tarde.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)
Fica registrado.
Consulto ao deputado Orlando Pessuti se mantém a verificação de votação.

O SR. ORLANDO PESSUTI
Mantenho. Sou contra a preferência.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)
Os senhores deputados que aprovam o requerimento do deputado Durval Amaral, queiram levantar-se.
Vinte e seis senhores deputados aprovam.
Dezoito senhores deputados rejeitam.
Está aprovado o requerimento.

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 284/2002, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 016/2002, que autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito externo junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, para implementação do Programa de Apoio ao Sistema de Financiamento de Ações nos municípios do Estado do Paraná - Paraná Urbano II. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF.

Sobre o referido projeto, Requerimento nº 1440, de autoria do deputado Durval Amaral, com apoio dos deputados Plauto Miró Guimarães, Ademar Traiano, Valdir Rossoni, Sérgio Spada e demais deputados, constante do expediente de Sessão anterior, solicitando a transformação da Sessão Plenária em Comissão Geral para discussão e votação do referido projeto. **Aprovado.**

Ainda, Emenda de Plenário de autoria do deputado Durval Amaral, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

EMENDA DE PLENÁRIO DE Nº 01 AO PROJETO DE LEI Nº 284/2002

A proposição de emenda modificativa ao parágrafo 1º do artigo 4º da redação original do Projeto de Lei nº 016/2002, conforme redação a seguir:

Art. 4º -

Parágrafo Único - “O referido serviço, entendido como o total de juros, encargos e amortizações, decorre da dívida a ser contratada, ficará sob a responsabilidade do FDU - Fundo de Desenvolvimento Urbano, gerido através da Paracidade e/ou devolução de capital subscrito na Agência de Fomento da Paraná S/A”.

Sala das Sessões, em 28.05.2002.

(a) DURVAL AMARAL

Apoio:

Nelson Tureck, Chico Noroeste, Luiz Fernandes da Silva Litro, Elio Rusch e Duílio Genari.

Passo a palavra ao deputado Moysés Leônidas para relatar a emenda.

O SR. MOYSÉS LEÔNIDAS

Senhor presidente, eu fui relator desse projeto na Comissão de Constituição e Justiça. A emenda proposta pelo líder do governo é uma emenda modificativa, ao parágrafo 1º do artigo 4º, da redação original, que está

incluindo no seu parágrafo único que esse referido serviço estaria sob a responsabilidade do FDU e gerido através da Paranacidade, e o líder está acrescentando e, ou, devolução de capital subscrito da Agência de Fomento do Paraná S.A. Como a matéria já tinha sido aprovada na Comissão de Justiça porque ela tem foro de legalidade, a Emenda está apenas acrescentando a Agência de Fomento do Paraná, a matéria junto com a Emenda é legal e constitucional, tendo condições de ter o seu prosseguimento normal.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está em discussão o parecer do deputado Moysés Leônidas.

Pela ordem, deputado Neivo Beraldin.

O SR. NEIVO BERALDIN

Eu gostaria de uma explicação um pouco mais clara por parte da Bancada do Governo para que possamos ter conhecimento da matéria.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Senhor presidente, como vem em cima da hora para relatar, se pudesse solicitar à Mesa que fizesse a leitura da Emenda, ficaria mais fácil para acompanhar.

O SR. MOYSÉS LEÔNIDAS

Fiz aqui, já acrescentei que a emenda está simplesmente acrescentando a Agência de Fomento do Paraná S.A.

Acho que não tem nenhuma alteração e para maiores detalhes sugiro até ao líder do Governo que faça a leitura da justificativa do projeto vinda do Executivo porque aí dá uma compreensão ampla inclusive até para a própria bancada do Governo.

Esta matéria passou na Comissão de Justiça, tive acesso a ela, mas seria importante até que apenas lido a referência feita na justificativa do governo, já dá para se entender o que efetivamente o governo precisa e tem interesse.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

De qualquer forma, o 1º secretário vai fazer a leitura da Emenda, a não ser que V. Exa. dispense.

Deputado José Maria V. Exa. dispensou?

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Não dispense, senhor presidente e aproveito para esclarecer, porque o governo diz que é Paraná Urbano 2, em toda a história, tanto do Paraná Urbano, Temisa, Paranapan, Pedu, foram programas exercidos via Secretaria de Desenvolvimento Urbano, hoje através do braço Paranacidade. Então, nós não tivemos em nenhum momento agência de fomento.

Está é a razão que não entendemos e eu gostaria do esclarecimento do deputado Durval Amaral ou do relator da matéria, o porquê de ter colocado a Paranadesenvolvi-

mento, se existe alguma programa dentro deste Paraná Urbano 2 para financiar alguma atividade econômica extra ao órgão público, senão, não tem porque nós entendermos a posição.

Muito obrigado.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Valdir Rossoni**)

(**Lê Emenda**)

O SR. ORLANDO PESSUTI (**Para Discutir**)

Senhor presidente Hermas Brandão, V. Exa. deve se lembrar que por ocasião da vinda do Dr. Roberto Santoro, uma das questões que levantamos foi justamente, se não me falha a memória, esse parágrafo que foi colocado e que diz que o serviço da dívida, os juros, a amortizações, os encargos, ficariam por conta do FDU. Isso já nos causava espanto de certa forma, porque desde que nós estamos nesta Casa e que sabemos existir o FDU, entendíamos que os recursos ali aportados como pagamento dos empréstimos, seriam reutilizados em novos financiamentos em benefício dos municípios.

Sempre foi isso o que nós entendemos do FDU, e não podemos entender que, além de comprometer o FDU que vai ter que honrar a amortização de dívidas, está comprometendo também a Agência de Fomento do Estado do Paraná.

Vejo que é uma situação um pouco complexa, deputado Durval Amaral e que V. Exa. pudesse nos esclarecer melhor porque eu confesso, não estou de acordo com esse parágrafo que já veio na mensagem original e com esta proposta de colocar mais a Agência de Fomento como responsável pela amortização desse empréstimo. O correto é que a Secretaria de Desenvolvimento Urbano, através do governo do Estado, seja responsável, até porque as garantias todas estão sendo ofertadas conforme explicita os artigos 1º, 2º e 3º.

Vejo que essa Emenda precisa ser melhor esclarecida para que a gente possa entender o que estamos votando.

Por essa razão eu discuto a matéria neste momento, me reservando, o direito de, se for o caso, no momento da votação, e se estiver participando da votação, poder encaminhá-la.

O SR. NEIVO BERALDIN (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, há poucos dias tivemos a presença do secretário de Desenvolvimento Urbano e eu solicitei-lhe os municípios que seriam contemplados e uma série de perguntas que fiz e ele se comprometeu de remeter a esta Casa, quais seriam os municípios contemplados com os 20 milhões de dólares para a Sanepar e eu gostaria de revelar à Casa que a palavra do secretário não foi cumprida com esta Casa, e eu solicitaria a V. Exa., para que ficasse melhor e com mais tempo para discutir essa matéria, se fosse possível adiá-la até que cheguem essas informações.

O SR. DURVAL AMARAL (Para Encaminhar)

Senhor presidente, preliminarmente eu gostaria que V. Exa. considerasse a presença de todos aqueles que encaminharam e discutiram a matéria.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Será considerado de acordo com o Regimento Interno da Casa.

O SR. DURVAL AMARAL (Para Encaminhar)

No mérito, senhor presidente. Vejo que a nossa emenda visa justamente proteger o próprio Tesouro do Estado. Todos nós sabemos que o FDU hoje é um Fundo totalmente poderoso, porque todo o retorno de financiamentos feitos pelo Paranaidade, pela Secretaria de Desenvolvimento Urbano, acabam retornando para o FDU.

O que estamos propondo com esta nossa emenda?

Nada mais do que, transferirmos a sua administração para a Agência de Fomento até porque havia uma idéia inicial do ex-secretário que queria que a Agência de Fomento fosse agregada ao FDU e, à Secretaria de Desenvolvimento Urbano, por emenda, inclusive, do deputado José Maria, que se tornou uma unanimidade aqui na Assembléia Legislativa, nós entendemos por bem que a Agência de Fomento deveria ela sim, contratar as operações.

Em nenhum momento com essa nossa emenda, nós queremos permitir ou queremos possibilitar que a Agência de Fomento, através de recursos do FDU ou de recursos do Paraná Urbano, possa contratar empréstimo com iniciativa privada. Não está em nenhum momento previsto isso, mas o que se busca com essa Emenda é que há uma tendência, ao longo dos anos, e como tudo está agregado na Agência de Fomento, que o FDU deixe de existir e esses recursos integralizarão e voltarão à Agência de Fomento, mas deverão continuar sendo usados para financiar o setor público. O que pretendemos? Que esses recursos de retorno dos empréstimos feitos pelos municípios possam, eles mesmos, amortizar a dívida que o Estado contraiu.

Em última instância, o Estado vai contrair cem milhões de dólares, vai emprestar a todos os municípios do Paraná e esses municípios vão lançar contribuição de melhoria, vão ter arrecadação, porque serão milhares e milhares de contribuintes paranaenses que pagarão aos municípios, que devolverão esses recursos ao FDU porque terão que amortizar as suas dívidas, e o recurso do FDU, que é o retorno do empréstimo feito pelo próprio FDU, pela Secretaria de Desenvolvimento Urbano poderá ser utilizado para amortizar a dívida, desonerando o próprio Estado de fazê-lo. Quer me parecer que cem milhões de dólares, nada mais justo, inclusive vamos aliviar os próximos governos.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Senhor presidente, temos o cuidado, justamente com o FDU que foi uma das boas coisas instituídas no

Estado, no sentido de que se tornasse um Banco de Refinanciamento. Nós já estamos tendo problemas sérios com o FDU que perdeu aquela função de receber e de cobrar. Começamos a fazer “a fundo perdido” as aplicações, comprometendo o futuro do FDU. O futuro do FDU está comprometido. Se nós trouxermos para dentro a Agência de Financiamento Paraná, estaremos complicando mais uma instituição e não tem porque colocarmos a possibilidade de estarmos financiando, o que não estamos dizendo. Não assegura que não será financiado só o setor público, porque a Agência de Fomento é aberta ao setor privado e aqui não tem nenhuma salvaguarda de que possa fazer com que não seja financiado o setor público com recurso do Estado do Paraná que seriam destinados à questão do financiamento dos municípios, tão importantes para este Estado, para a melhoria da qualidade de vida.

Por isso fica o nosso protesto. Sei que o governo tem votos suficientes para isso, mas faço uma solicitação à Mesa, que aqueles que encaminharam no período noturno da discussão, e não da votação.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Em votação. Os senhores deputados que aprovam a emenda, permaneçam como estão.

Aprovada.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Será feita a verificação de votação a pedido do deputado José Maria Ferreira.

Chamada nominal dos deputados, a pedido do Durval Amaral. Declinada a chamada.

Srs. deputados que aprovam, 27; que rejeitam, 1.

Está **aprovada** a emenda.

Votamos a emenda, agora vamos votar o projeto.

Aprovado, artigo por artigo.

Registro o voto contrário do deputado José Maria Ferreira, em nome das Oposições.

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 193/2002, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 010/2002, que autoriza o Poder Executivo a contratar operação financeira não reembolsável no valor de US\$15.000.000,00 (quinze milhões de dólares norte americanos) oriunda do Global Environment Fund - GEF, através do Banco Internacional para reconstrução e desenvolvimento- BIRD, instituição de crédito multilateral, com sede na cidade de Washington - D.C., Estados Unidos da América, para apoiar a implantação do projeto de conservação e proteção da biodiversidade no Estado do Paraná - Parana Biodiversidade. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ e CF.
Aprovado, artigo por artigo.

ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 260/2002, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 015/2002, que dispõe que ao servidor regido pela CLT contratado pela Secretaria de Estado da Educação ou pela Paranáeducação, poderá ser concedida, por ato do chefe do Poder Executivo, uma gratificação meritória especial, conforme especifica. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CF. **Aprovado. (Publ. no DA nº 051/2002, de 29.04.2002).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 260/2002

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, visa dispor que o servidor regido pela Consolidação das Leis do Trabalho, contratado pela Secretaria de Estado da Educação ou pela Paranáeducação, poderá ser concedida, por ato do chefe do Poder Executivo, uma gratificação meritória especial, conforme especifica.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 07.05.2002

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
MOYSÉS LEÔNIDAS - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 260/2002

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, através da Mensagem nº 15/2002, que dispõe que ao servidor regido pela Consolidação das Leis do Trabalho, contratado pela Secretaria de Estado da Educação ou pela Paranáeducação, poderá ser concedida, por ato do Chefe do Poder Executivo, uma gratificação meritória especial, conforme especifica.

Sobre a matéria já existe o parecer favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça.

Chamada a opinar esta Comissão, de acordo com os ditames do artigo 33, parágrafo 3º do Regimento Interno desta Casa, seguimos o mesmo entendimento da douta Comissão de Constituição e Justiça.

Desta forma, esta Comissão opina favoravelmente ao presente Plano de Lei nº 260/2002.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 28.05.2002

(aa) ADEMIR BIER - Presidente
GERALDO CARTÁRIO - Relator

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 340/2002, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 019/2002, que concede gratificação especial por assiduidade aos profes-

sores e especialistas do Magistério Público Estadual, conforme especifica. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. COM EMENDA DA CF. **Aprovado. (Publ. no DA nº 064/2002, de 20.05.2002).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 340/2002

P A R E C E R :

O projeto de lei em epígrafe, com origem na Mensagem nº 19/2002, cria gratificação especial por assiduidade para professores e especialistas de educação do Magistério Público Estadual integrantes do Quadro Próprio do Magistério, do Quadro Único de Pessoal e professores contratados pelo Regime de Consolidação das Leis do trabalho, pela Secretaria de Estado da Educação e ou pelo Serviço Social Autônomo Paranáeducação.

Tal gratificação será concedida por ato do Poder Executivo.

Por atender os requisitos constitucionais e os de interesse público, esta Comissão é de parecer favorável à proposição.

Sala das Comissões, em 21.05.2002

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
ANTONIO CARLOS BELINATI - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 340/2002

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, através da Mensagem nº 19/2002, que concede gratificação especial por assiduidade aos professores e especialistas do Magistério Público Estadual, integrantes do Quadro Próprio do Magistério, do Quadro Único de Pessoal e professores contratados pelo Regime da Consolidação das Leis do Trabalho pela Secretaria de Estado da Educação e/ou pelo Serviço Social Autônomo Paranaeducação. Sobre a matéria podemos constatar o pronunciamento favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça.

Chamada a opinar esta Comissão, de acordo com os preceitos do artigo 33, parágrafo 3º do Regimento Interno desta Casa, entendemos que devemos apresentar uma emenda, incluindo neste projeto os professores aposentados, pois somos sabedores que o princípio da isonomia está consagrado na Constituição Federal.

Por outro lado, não devemos esquecer que o professor aposentado de hoje, ontem foi o educador que não mediu esforços e doou-se para a construção e consolidação da escola pública do nosso Estado.

Desta forma, esta Comissão opina favoravelmente ao presente Plano de Lei nº 340/2002, porém apresentamos uma emenda que julgamos necessária.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 28.05.2002

(aa) ADEMIR BIER - Presidente e Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
EMENDA ADITIVA
PROJETO DE LEI Nº 340/2002

Acrescenta o § 4º ao artigo 1º do Projeto de Lei nº 340/2002, que passará a vigor com a seguinte redação:

Art. 1º -.....

§ 1º -.....

§ 2º -.....

§ 3º -.....

“§ 4º - Ficam estendidos os mesmos direitos pecuniários da gratificação especial aos professores inativos, no valor de R\$100,00 (cem reais)”.

Sala das Comissões, em 28.05.2002

(aa) ADEMIR BIER - Presidente e Relator

Apoioamento:

Marcos Isfer, Duílio Genari.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem)

Senhor presidente, eu recebi, nesta semana, apelo do presidente da União Nacional dos Legislativos Estaduais, para que nós pudéssemos deliberar sobre a autorização que a Assembléia Legislativa do Paraná deveria dar para que pudéssemos ingressar com um projeto de emenda à Constituição Federal.

Nós temos um Projeto de Decreto Legislativo 01/2002, que constou da Ordem do Dia, se não me falha a memória no dia 16 de abril, depois foi retirado.

Então, eu gostaria que V. Exa. determinasse à assessoria que pudesse retornar à Ordem do Dia, o Projeto de Decreto Legislativo 01/2002, que trata da autorização para que possa a União Nacional dos Legislativos Estaduais ingressar com proposta de emenda à Constituição Federal, já que se exige um quórum de metade mais uma das Assembléias Legislativas do Brasil.

Então, há a necessidade da manifestação da Assembléia do Paraná. Se V. Exa. estiver de acordo que determine à assessoria.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Plenamente.

Requerimento nº 1482, de autoria do deputado Nelson Garcia, constante do expediente, solicitando dispensa de discussão e votação para os projetos que não tenham sofrido emenda durante a sua tramitação.

Em votação o requerimento. **Aprovado.**

O SR. DURVAL AMARAL (Pela Ordem)

Senhor presidente, gostaria só de registrar aqui os deputados que votaram favoravelmente à gratificação de R\$100,00 aos professores do Estado do Paraná: deputados Durval Amaral, Tony Garcia, Duílio Genari, Nelson Tureck, Antonio Carlos Belinati, Edno Guimarães, Nelson Gacia, Ademar Traiano, Plauto Miró, Cleiton Kielse, Takayama, Moysés Leônidas, Basílio Zanusso, Geraldo Cartário, Litro, Braz Palma, Fernando Guimarães, Nel-

son Justus, Miltinho Pupio, Fernando Ribas Carli, Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Chico Noroeste, Accorsi, Elio Rusch, Ricardo Maia, Basílio Zanusso, Valdir Rossoni, Cesar Seleme e com certeza o deputado Hermas Brandão, como presidente, não poderia votar, mas votaria a favor da gratificação de cem reais.

Também o deputado José Maria, que estava presente.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem)

Como também todos os demais deputados, por que não se procedeu à verificação de votação. Nós estávamos no recinto. O deputado Durval Amaral está sendo injusto com os parlamentares que estavam aqui. Todos os deputados votaram. Nós nos ausentamos na votação do empréstimo de cem milhões, V. Exa. sabe disso.

Foram cinquenta e dois deputados a favor.

O SR. ALGACI TULIO (Pela Ordem)

Quero deixar bem claro que me ausentei do plenário na votação do item que o governador vai gastar dinheiro com cinemas para depois vender para a Universal. Nos demais itens eu estava presente, e não admito deduração em relação ao meu nome.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Só para informar ao deputado Algaci Tulio, também pela justiça do que é o projeto.

Tem alguns municípios meus que estão sendo beneficiados. O imóvel não é do Estado, o imóvel é das prefeituras, com certeza a população de cada cidade vai manter o seu espaço cultural.

O SR. MARCOS ISFER (Pela Ordem)

O PPS estava presente na gratificação dos professores, até mesmo porque sempre fomos favoráveis. Agora gostaria de pedir que fosse estendido também pela base de governo aos aposentados essa gratificação, conforme Emenda da Comissão de Segurança.

O SR. RICARDO CHAB (Pela Ordem)

Mantendo o que é justiça.

Estava no Plenário, portanto participei da votação favorável.

O SR. TONY GARCIA (Pela Ordem)

Quero informar que o deputado Neivo Beraldin, neste momento, que ele, seguindo a tradição dos seus senadores votou contra os professores do Paraná. Deixar claro neste momento, como todos os senadores que fazem o gol contra o seu partido, votou nesse momento contra os professores, de novo, do Paraná.

O SR. ELIO RUSCH (Pela Ordem)

Presidente, é visível, embora não se ter feito a verificação de votação, conforme o deputado Orlando Pessuti

tem levantado, mas é visível a presença dos deputados da Oposição.

Como o deputado Durval Amaral registrou a presença dos deputados da Situação, faço questão de registrar a presença dos deputados da Oposição, que estiveram presentes na hora da votação: deputados: Orlando Pesutti, José Maria, Cesar Silvetri, Marcos Isfer, Algaci Tulio e Ricardo Chab.

O SR PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Item nº 01 - Solicito ao deputado Valdir Rossoni, a chamada dos senhores parlamentares, para votar o veto apostado ao Projeto de Lei nº 17/2001.

ITEM 01

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 045/2001, Veto Aposto ao Projeto de Lei nº 017/2001, de autoria do deputado Fernando Ribas Carli, que veda a cobrança de tarifa mínima pelas concessionárias de serviços públicos no Estado do Paraná. COM RELATÓRIO DA CCJ CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OFÍCIO/CTL/SEEG nº 150/2001

Curitiba, 18 de maio de 2001.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 031/2001, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e de conformidade com o disposto no parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 017/2001, por julgá-lo contrário ao interesse público, em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo “vedar a cobrança de tarifa mínima pelas concessionárias de serviço público (água, luz e telefone) sem a correspondente prestação de serviços, objetivamente medidos.”

A negativa de sanção ao projeto de lei em referência decorre de informações prestadas por órgãos competentes do Poder Executivo de que a “tarifa mínima” é instrumento, já consagrado, para possibilitar preços mais acessíveis a todos os segmentos da população, mormente os mais pobres. No que tem pertinência com a Companhia de Saneamento do Paraná, Sanepar, vale ressaltar que a tarifa mínima é prevista e imposta pela lei Federal nº 6.528, de 11 de maio de 1978 e por seu regulamento baixado pelo Decreto Federal nº 82.587, de 06 de novembro do mesmo ano e, ainda, que tal forma de cobrança foi judicialmente reconhecida, em decisão prolatada pelo Juízo de Direito da 2ª Vara da Fazenda Pública, da Comarca de Curitiba.

Por outro lado, em relação à Companhia Paranaense de Energia - Copel, a Presidência daquela Companhia, apreciando a matéria, asseverou:

...” 3. Sendo a União o poder concedente, tal regulamentação se orienta pela diretriz de absoluta uniformi-

dade, a nível nacional, das condições a serem observadas pelos concessionários, em seu relacionamento com os consumidores. Essa uniformidade é exigência legal que abrange todos os aspectos da prestação e utilização do serviço, desde o valor das tarifas a serem aplicadas a cada uma das classes de usuários, até os direitos desses perante o concessionário, as condições e prazos de atendimento e de pagamento, sanções por inadimplência e demais pormenores atinentes à matéria.

Assim posto, sendo a Copel concessionária, tem sua atuação rigidamente delimitada pela legislação federal citada, disciplinadora do serviço público de energia elétrica.

4. Entre as obrigações constantes da legislação federal aludida, cabe ressaltar que a concessionária deve cumprir com o disposto na regulamentação expedida Aneel, em conformidade com a Lei nº 456, de 29.11.2000, que trata das Condições Gerais do Fornecimento de Energia Elétrica, estabelecendo no art. 48 que “... os valores mínimos faturáveis, referentes ao custo de disponibilidade do sistema elétrico, aplicáveis ao faturamento mensal de unidades consumidoras do grupo “B” ...”, são por aquela norma federal definidos.

5. Dessa forma, torna-se impossível eventual autorização a ser expedida pelo Poder Executivo do Estado, “... vedando a cobrança de tarifa mínima pelas concessionárias...”, conforme sugerido no Projeto de Lei nº 017/2001.” ...

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 017/2001, encontra-se publicado no DA nº 004/2001, de 21/02/2001).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROPOSIÇÃO-VETO Nº 045/2001

P A R E C E R :

A presente proposição-veto, oriunda do Poder Executivo, veta o Projeto de Lei nº 017/2001, de autoria do deputado Fernando Ribas Carli, que veta a cobrança de tarifa mínima pelas concessionárias de serviços públicos no Estado do Paraná.

Chama esta Comissão a se manifestar, e por ter sido apostado dentro do prazo legal e regimental, somos de parecer favorável ao encaminhamento ao Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 20.06.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES - Relator

O SR. 1º SECRETÁRIO (Valdir Rossoni)

(Procede à chamada nominal do senhores deputados).

O SR. ALGACI TULIO (Pela Ordem)

Senhor presidente, é visível que está havendo a retirada do plenário; não haverá fórum.

Este veto merece uma atenção toda especial do Plenário. Peço ao proponente do projeto que foi vetado pelo governador, que seja adiada essa votação.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Não vamos adiar! Não há número para votar, estamos encerrando a Sessão.

Nesta condições, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária.

Levanta-se a Sessão.

Atas de Comissões:

**COMISSÃO DE REDAÇÃO
4ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA
ATA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

Aos dezesseis dia do mês de abril do ano de dois mil e dois, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do deputado Algaci Tulio. Havendo número legal, o senhor presidente abriu os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a ata da reunião anterior, passando em seguida para a Ordem do Dia, quando o senhor presidente avocou e relatou os Projetos de Lei de nºs 319/2001, 667/2001, 228/99 e o Projeto de Resolução nº 08/2002, na seqüência o senhor deputado Orlando Pessuti apresentou redação final aos Projetos de Lei nºs 709/2001, 118/2002, 127/2002, 99/2002, 539/2001, 576/2001 e 531/2001, que foram aprovados sem observações. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, secretária da comissão, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo senhor presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) ALGACI TULIO - Presidente
Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

**COMISSÃO DE REDAÇÃO
4ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA
ATA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

Aos dezessete dias do mês de abril do ano de dois mil e dois, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do deputado Algaci Tulio. Havendo número legal, o senhor presidente abriu os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a ata da reunião anterior, passando em seguida para a Ordem do Dia, quando o senhor deputado Hermes Fonseca, apresentou redação final aos Projetos de Lei de nºs 161/2001, 139/2002, 131/2002, 84/2002, 120/2002, 119/2002,

123/2002, 130/2002, 11/2002 e 75/2002, que foram aprovadas sem observações. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, secretária da comissão, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo senhor presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) ALGACI TULIO - Presidente
Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

**COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES
14ª LEGISLATURA - 4ª SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

Aos quinze dias do mês de maio do ano de 2002, às 13h30min, na sala de reuniões das Comissões, reuniram-se em caráter ordinário os nobres pares da Comissão de Obras, deputados: Algaci Tulio, Duílio Genari, Ângelo Vanhoni, presidida pelo deputado Edson Strapasson, com o intuito de deliberar sobre matéria ordinária, conforme pauta anexa. O senhor presidente abriu os trabalhos seguindo a pauta: 1) Projeto de Lei nº 362/2001, de autoria do deputado Antonio Carlos Belinati. Parecer: pedido de anexação ao Projeto de Lei nº 341/2000- APROVADO. Relator: Edson Strapasson. 2) Projeto de Lei nº 141/99 e 233/2001 (anexos). Parecer FAVORÁVEL, com emenda substitutiva geral, APROVADO. Relator Chico Noroeste. 3) Projeto de Lei nº 532/99, de autoria do deputado Cleiton Kielse (com resposta à diligência enviada ao Deto). Parecer FAVORÁVEL com emenda substitutiva geral- APROVADO. Relator Ângelo Vanhoni. 4) Projeto de Lei nº 167/2002, de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Relator deputado Ângelo Vanhoni. 5) Projeto de Lei nº 81/2002, de autoria do deputado Hermas Brandão. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Relator Algaci Tulio. 6) Projeto de Lei nº 568/2001, de autoria do deputado Luiz Carlos Martins, Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Relator Algaci Tulio. 7) Projeto de Lei nº 06/2002, de autoria do deputado Ademar Luiz Traiano. Parecer FAVORÁVEL- APROVADO. Relator: Algaci Tulio. 8) Projeto de Lei nº 367/2000, de autoria do deputado Neivo Beraldin e Hermas Brandão. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Relator Algaci Tulio. 9) Projeto de Lei nº 670/2001, de autoria do deputado Luiz Carlos Alborghetti. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Relator deputado Duílio Genari. 10) Projeto de Lei nº 16/2002, de autoria do deputado Luiz Carlos Alborghetti. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Relator deputado Sérgio Spada. Antes de encerrar, o senhor presidente deliberou marcar para o próximo dia 21 de maio do corrente, reunião extraordinária com representantes da COMEC para tratar da matéria contida no Projeto de Lei nº 194/2002, solicitação acatada pelos membros. Nada mais havendo a tratar o senhor presidente encerrou a reunião dos quais para constar efeitos legais, lavrei a presente ata que após lida e aprovada

será assinada pelos membros da Comissão e por mim Sandra Zampier, secretária da Comissão.

(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente
Sandra Zampier - Secretária

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES
4ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA
9ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos vinte e um dias do mês de maio do ano de 2002, às 10h00, na sala de reuniões da Comissão, reuniram-se em caráter extraordinário os nobres pares da Comissão de Obras deputados: Algaci Tulio, Duílio Genari, Antonio Carlos Belinati, Ângelo Vanhoni e o deputado José Maria Ferreira, como participante, presidida pelo deputado Edson Strapasson, com o intuito de delibera sobre matéria contida no Projeto de Lei nº 194/2002, que visa firmar operação de crédito interno até o valor de R\$100.000.000,00 (cem milhões), junto ao BNDES, para financiamento de parte do programa de integração do transporte - região metropolitana, contando com a presença do órgão competente, Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba - Comec, senhor Paulo Yoshikatsu Kawahara, diretor e Ricardo Fumio Hayashi, diretor de implantação e transportes e Euclides Rovani, diretor de operação da URBS. Na sequência o senhor presidente abriu os trabalhos citando os pareceres da elaborados pelas das Comissões competentes, Comissão de Justiça e Finanças, passando a palavra ao diretor da Comec, para que o mesmo expusesse qual a intenção ou o real propósito desses recursos serem investidos na região. A reunião transcorreu conforme notas taquigráficas em anexo. Após a explanação da Comec, a Comissão de Obras emitiu parecer favorável com emenda contando apenas com o voto contrário, do deputado Duílio Genari, referente às emendas. nada mais havendo a tratar o senhor presidente encerrou a reunião dos quais para constatar feitos legais lavrei a presente Ata que após lida e aprovada será assinada pelos membros da Comissão e por mim Sandra Zampier, secretária da Comissão.

(a) EDSON STRAPASSON - Presidente
Sandra Zampier - Secretária

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
4ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA
11ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e um dias do mês de maio do ano de 2002, reuniu-se na sala de reuniões da Comissão da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do senhor deputado Basílio Zanusso e com a presença dos seguintes deputados: Ademar Traiano, Antonio Belinati, Sérgio Spada, Plauto Miró Guimarães, Serafina Carrilho, Orlando Pessuti, Duílio Genari, Marcos Isfer, José Maria, Caíto Quintana, Hermes Fonseca, Algaci Tulio e mais o senhor

deputado Durval Amaral. Havendo número legal, o senhor presidente deu por aberta a presente reunião. Passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 324/2002 de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do senhor deputado Ademar Traiano - APROVADO; 02) Projeto de Lei nº 340/2002 de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do senhor deputado Antonio Carlos Belinati - APROVADO; 03) Projeto de Lei nº 339/2002 de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do senhor deputado Antonio Carlos Belinati - APROVADO; 04) Projeto de Lei nº 335/2002 de autoria do deputado Milton Pupio. O senhor deputado Orlando Pessuti REQUER ao senhor presidente a RETIRADA DA REFERIDA MATÉRIA de pauta para que seja analisado o foro de tal entidade - DEFERIDO; 05) Projeto de Lei nº 331/2002 de autoria do senhor deputado Luiz Fernandes Litro. Parecer FAVORÁVEL do senhor deputado Antonio Carlos Belinati - APROVADO; 06) Projeto de Lei nº 327/2002 de autoria do senhor deputado Duílio Genari. Parecer FAVORÁVEL do senhor deputado Antonio Carlos Belinati - APROVADO; 07) Projeto de Lei nº 336/2002 de autoria do senhor deputado Milton Pupio. Parecer FAVORÁVEL do senhor deputado Antonio Carlos Belinati - APROVADO; 08) Projeto de Lei nº 319/2002 de autoria do senhor deputado Eli Ghellere. Parecer FAVORÁVEL do senhor deputado Antonio Carlos Belinati - APROVADO; 09) Projeto de Lei nº 322/2002 de autoria do senhor deputado Algaci Tulio. Parecer FAVORÁVEL do senhor deputado Antonio Carlos Belinati - APROVADO; 10) Projeto de Lei nº 323/2002 de autoria do senhor deputado Nelson Justus. O senhor deputado Orlando Pessuti REQUER ao senhor presidente A RETIRADA DA REFERIDA MATÉRIA de pauta para que seja analisado o foro de tal entidade - DEFERIDO; 11) Projeto de Lei nº 329/2002 de autoria do senhor deputado Orlando Pessuti. Parecer FAVORÁVEL do senhor deputado Antonio Carlos Belinati - APROVADO; 12) Projeto de Lei nº 337/2002 de autoria do senhor deputado Milton Pupio. Parecer FAVORÁVEL do senhor deputado Antonio Carlos Belinati - APROVADO; 13) Projeto de Lei nº 495/2001 de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do senhor deputado Antonio Carlos Belinati à emenda de plenário, na forma da subemenda anexa - APROVADO; 14) Projeto de Lei nº 229/2002 de autoria do senhor deputado Fernando Guimarães. Parecer FAVORÁVEL do senhor deputado Antonio Carlos Belinati, na forma da emenda anexa - APROVADO; 15) Projeto de Lei nº 288/2002 de autoria do senhor deputado Divanir Braz Palma. CONCEDIDO VISTAS aos senhores deputados José Maria Ferreira e Orlando Pessuti, bem como cópia a todos os membros desta Comissão; 16) Projeto de Lei nº 268/2002 de autoria do senhor deputado Nelson Tureck. Parecer FAVORÁVEL da senhora deputada Serafina Carrilho - APROVADO; 17) Projeto de Lei nº 263/2002 de autoria do senhor deputado Algaci Tulio. Parecer FAVORÁVEL da senhora deputada Serafina Carrilho - APROVADO;

18) Projeto de Lei nº 248/2002 de autoria do senhor deputado Nelson Garcia. O senhor deputado Orlando Pessuti REQUER ao senhor presidente a RETIRADA DA REFERIDA MATÉRIA, para que seja analisado o foro de tal entidade - DEFERIDO; 19) Projeto de Lei nº 265/2002 de autoria do senhor deputado Nelson Justus. Parecer FAVORÁVEL da senhora deputada Serafina Carrilho - APROVADO; 20) Projeto de Lei nº 306/2002 de autoria do senhor deputado Nelson Tureck. Parecer FAVORÁVEL da senhora deputada Serafina Carrilho - APROVADO; 21) Projeto de Lei nº 247/2002 de autoria do senhor deputado Nelson Tureck. Parecer FAVORÁVEL da senhora deputada Serafina Carrilho - APROVADO; 22) Projeto de Lei nº 246/2002 de autoria do senhor deputado Nelson Tureck. Parecer FAVORÁVEL da senhora deputada Serafina Carrilho - APROVADO; 23) Projeto de Lei nº 250/2002 de autoria do senhor deputado Nelson Tureck. Parecer FAVORÁVEL da senhora deputada Serafina Carrilho - APROVADO; 24) Projeto de Lei nº 271/2002 de autoria do senhor deputado Nelson Tureck. O senhor deputado Orlando Pessuti REQUER ao senhor presidente A RETIRADA DE PAUTA DA REFERIDA MATÉRIA para que seja analisado o foro de tal entidade - DEFERIDO; 25) Projeto de Lei nº 276/2002 de autoria do senhor deputado Duílio Genari. Parecer FAVORÁVEL da senhora deputada Serafina Carrilho - APROVADO; 26) Projeto de Lei nº 277/2002 de autoria do senhor deputado Duílio Genari. Parecer FAVORÁVEL da senhora deputada Serafina Carrilho - APROVADO; 27) Projeto de Lei nº 305/2002 de autoria do senhor deputado Nelson Tureck. Parecer FAVORÁVEL da senhora deputada Serafina Carrilho - APROVADO; 28) Projeto de Lei nº 152/2002 de autoria do senhor deputado Duílio Genari. Parecer FAVORÁVEL da senhora deputada Serafina Carrilho - APROVADO; 29) Projeto de Lei nº 157/2002 de autoria do senhor deputado Ângelo Vanhoni. O senhor deputado Orlando Pessuti, relator da matéria, REQUER DILIGÊNCIA junto ao autor para que possa adequar às normas legais vigente - DEFERIDO; 30) Projeto de Lei nº 445/2002 de autoria do senhor deputado Divanir Braz Palma. Parecer FAVORÁVEL do senhor deputado Orlando Pessuti - APROVADO; 31) Projeto de Lei nº 082/2002 de autoria do senhor deputado Hermas Brandão. CONCEDIDO VISTAS ao senhor deputado Hermes Fonseca; 32) Projeto de Lei nº 164/2002 de autoria do senhor deputado Marcos Isfer. CONCEDIDO VISTAS ao senhor deputado Antonio Belinati - DEFERIDO; 33) Projeto de Lei nº 201/2002 de autoria do senhor deputado Marcos Isfer. CONCEDIDO VISTAS ao senhor deputado Algaci Tulio; 34) Projeto de Lei nº 640/2002 de autoria do senhor deputado Algaci Tulio. O senhor deputado Hermes Fonseca, relator da matéria, REQUER DILIGÊNCIA junto à Diretoria Legislativa desta Casa - DEFERIDO; 35) Projeto de Lei nº 233/2002 de autoria

do senhor deputado Antonio Belinati. Parecer FAVORÁVEL do senhor deputado Marcos Isfer - APROVADO; 36) Projeto de Lei nº 307/2002 de autoria do senhor deputado Ricardo Maia. CONCEDIDO VISTAS ao senhor deputado Antonio Belinati; 37) Projeto de Lei nº 279/2002 de autoria do senhor deputado Ademir Bier. Parecer FAVORÁVEL do senhor deputado Duílio Genari - APROVADO; 38) Projeto de Lei nº 309/2002 de autoria do senhor deputado Ricardo Maia. Parecer FAVORÁVEL do senhor deputado Duílio Genari - APROVADO; 39) Projeto de Lei nº 280/2002 de autoria do senhor deputado Ademir Bier. Parecer FAVORÁVEL do senhor deputado Duílio Genari - APROVADO; 40) Projeto de Lei nº 316/2002 de autoria do senhor deputado Algaci Tulio. Parecer FAVORÁVEL do senhor deputado Duílio Genari - APROVADO; 41) Projeto de Lei nº 314/2002 de autoria do senhor deputado Eli Ghellere. Parecer FAVORÁVEL do senhor deputado Duílio Genari - APROVADO; 42) Projeto de Lei nº 244/2002 de autoria do senhor deputado Geraldo Cartário. Parecer FAVORÁVEL do senhor deputado Duílio Genari - APROVADO; 43) Projeto de Lei nº 414/2002 de autoria do senhor deputado Hidekazu takayama. Parecer FAVORÁVEL do senhor deputado Duílio Genari - APROVADO; 44) Projeto de Lei nº 252/2002 de autoria do senhor deputado Moysés Leônidas. Parecer FAVORÁVEL do senhor deputado Duílio Genari - APROVADO; 45) Proposição Veto nº 65/2002 de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do senhor deputado Duílio Genari - APROVADO; 46) Projeto de Lei nº 283/2002 de autoria do senhor deputado Duílio Genari e Durval Amaral. Parecer FAVORÁVEL do senhor deputado Caíto Quintana - APROVADO; 47) Projeto de Lei nº 343/2001 de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do senhor deputado Sérgio Spada - APROVADO; 48) Projeto de Lei nº 163/2002 de autoria do senhor deputado Cesar Seleme. CONCEDIDO VISTAS ao senhor deputado Caíto Quintana; 49) Projeto de Lei nº 211/2002 de autoria do senhor deputado Eli Ghellere. Parecer FAVORÁVEL do senhor deputado Sérgio Spada - APROVADO; 50) Projeto de Lei nº 255/2002 de autoria do senhor deputado Antonio Carlos Belinati. Parecer FAVORÁVEL do senhor deputado Sérgio Spada - APROVADO; 51) Projeto de Lei nº 74/2002 de autoria do senhor deputado Nelson Tureck. Parecer FAVORÁVEL do senhor deputado Sérgio Spada, na forma da emenda anexa - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente ata que após lida e aprovada, será assinada pelo senhor presidente, pelos senhores deputados presentes e por mim, Ana Lúcia Andretta, advogada e secretária desta Comissão.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
Ana Lúcia Andretta - Secretária